

A crise e a universidade

The crisis and the university

La crisis y la universidad

Kenneth Rochel de Camargo Jr. | kenneth@uerj.br

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo

A universidade pública tem encontrado progressivas limitações financeiras no Brasil, manifestadas de forma aguda na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Análises ingênuas tomam como fenômeno inevitável o que é, na verdade, o resultado de políticas inadequadas e de uma ideologia que defende a mutilação do Estado e o consequente descompromisso do mesmo com o ensino superior. A inatensão para os reais determinantes e o sentido da “crise” tem feito proliferarem propostas de enfrentamento inadequadas, equivocadas e inaplicáveis, que ignoram ou desconsideram o papel fundamental de ações do Estado para a redução da crescente desigualdade social, destacando-se entre elas precisamente a manutenção de universidades públicas, provendo ensino gratuito e qualificado.

Palavras-chave: universidade; financiamento público; crise econômica; economia política; política social.

Abstract

The public university has encountered more and more finance restrictions in Brazil, evidenced sharply at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro State University). Naive analyses consider as an inevitable phenomenon what is in fact the consequence of inadequate politics and of an ideology defending a mutilated state which consequently does not compromise with higher education. The lack of attention to real determinants and to the sense of the “crisis” produces a proliferation of inadequate, equivocated and inapplicable propositions to face the problems which ignore or do not take into account the important role played by actions of state for reducing the increase of social inequality. Between the actions to be highlighted is the preservation of public universities, providing free and qualified education.

Keywords: university; public finance, economic crisis; political economy; social politics.

Resumen

La universidad pública está encontrando limitaciones financieras progresivas en Brasil, manifestadas en forma aguda en la Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Universidad del Estado de Rio de Janeiro). Análisis ingenuas consideran como fenómeno inevitable aquel que en realidad es el resultado de políticas inadecuadas y de una ideología que defiende la mutilación del Estado y la consecuente ausencia de su compromiso con la educación superior. La falta de atención a los determinantes reales y a el significado de la “crisis” provoca la proliferación de propuestas de enfrentamiento inadecuadas, equivocadas y inaplicables, que ignoran o desconsideran el papel fundamental de las acciones del Estado para reducir la creciente desigualdad social. Entre ellas, debemos destacar, precisamente, el mantenimiento de las universidades públicas, proporcionando educación gratuita y cualificada.

Palabras clave: universidad; financiación pública; crisis económica; economía política; política social.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: o autor é responsável pelo texto;

Declaração de conflito de interesses: não houve;

Fontes de financiamento: não houve;

Histórico do artigo: Submetido: 14.mar.2017 | Aceito: 15.mar.2016 | Publicado: 31.mar.2017

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Ainda na década de 90 do século passado, Bill Readings, então professor da Université de Montréal, denunciava o ataque neoliberal à instituição milenar, e em especial às universidades públicas, em seu livro *The university in ruins*. Em seu texto, Readings mostra como o culto a uma noção vazia de excelência retira das universidades qualquer perspectiva crítica, transformando-as num pastiche de grandes corporações (a ponto de, num de seus exemplos, citar uma universidade tradicional americana que mudou seu logo para que ficasse mais parecido com as logomarcas de grandes corporações americanas) a serviço do ‘mercado’. Há, portanto, um componente de ‘longue durée’ no atual ataque à universidade pública e gratuita.

Esse ataque é apenas um componente da guerra contra o Estado de bem-estar social, em particular, e no geral contra quaisquer políticas que possam ter um efeito redistributivo da renda, como é o caso do acesso gratuito ao ensino superior. Dizem os defensores do ‘Estado mínimo’ que políticas públicas não cabem nos orçamentos nacionais, e os trabalhadores do setor público são transformados nos vilões da crise econômica. Argumentos falaciosos, a começar da questão orçamentária, que considera a estrutura presente de arrecadação com um dado fixo, e que portanto determina restrições a priori no que se pode ou não fazer, quando do ponto de vista de políticas públicas o que seria lógico seria a pactuação do que se deseja do Estado, para então dimensionar o que seria necessário ter disponível em termos de orçamento, ainda que sujeito a ajustes. Isso fica claro com a emenda constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos reais (já que só admite correções pela inflação) num patamar baixo dentro de uma política de ‘austeridade’ que só faz agravar a recessão. Essa é uma tática antiga, denominada pelo conservadorismo norte-americano de *starve the beast*, ‘matar a besta por inanição’, sendo que a besta no caso é o Estado, o que já deixa claro o alinhamento ideológico da estratégia. Um orçamento comprimido serve de pretexto para cortes no financiamento de políticas sociais, que levam a um orçamento ainda menor, até que, nas palavras de Grover Norquist¹, estrategista político da direita americana, “o governo esteja reduzido a um tamanho tal que eu possa afogá-lo numa banheira”.

Outro argumento falacioso é o suposto ‘inchaço’ do Estado – leia-se, do funcionalismo – brasileiro. Estudo de Antonio Lassance, do Ipea², mostra que, ao contrário, o número de servidores nas últimas décadas no país é relativamente estável, e a despesa com pessoal apresenta tendência declinante. Estudo anterior do mesmo órgão já havia mostrado que a proporção de funcionários públicos no Brasil é menor do que a de outros países do Mercosul, da OCDE e mesmo dos Estados Unidos³. Funcionários públicos são os atores da política pública, e embora existam distorções salariais importantes nesse setor no Brasil, seus salários não são ‘gastos’, mas o investimento necessário para que o Estado opere.

Outra faceta dessa estratégia, denunciada pela jornalista canadense Naomi Klein em seu livro *The shock doctrine* (A doutrina do choque), é aproveitar-se de crises decorrentes de catástrofes naturais ou induzidas para impor a populações aturdidas medidas econômicas impopulares (e mesmo antipopulares), que retiram direitos e contribuem para maior concentração de renda. O primeiro exemplo dessa estratégia é a aplicação das teorias friedmanianas dos ‘Chicago Boys’ na ditadura de Pinochet no Chile. E em linhas gerais a mesma ideologia se repete no conjunto de propostas da famigerada ‘ponte para o futuro’.

É nesse quadro geral que devemos entender os problemas enfrentados pelas universidades públicas brasileiras, em especial a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que ora atravessa a pior crise da sua história, com atraso no pagamento de bolsas, salários e serviços essenciais de manutenção.

Isso tem levado alguns comentaristas a propor ‘um novo modelo para financiar a universidade’, que invariavelmente implica na desresponsabilização do Estado. Ainda que louvando suas boas intenções, colocamo-nos frontalmente contra a argumentação que apresentam.

Em primeiro lugar, deve-se questionar a premissa básica que representa o ponto de partida da argumentação usual: a de que a ‘falência’ do estado do Rio de Janeiro representaria a falência de um modelo de universidade no Brasil. A crise econômica que ora enfrentamos tem múltiplas causas, tratá-la como se fosse uma simples falência de uma empresa é uma simplificação indevida e um equívoco grave. Atravessamos uma recessão provocada por políticas econômicas de austeridade questionadas por economistas de todas as estirpes ao redor do mundo, incluindo dois prêmios Nobel que dificilmente poderiam ser tachados de ‘esquerdistas’ ou

‘revolucionários’, Paul Krugman e Joseph Stiglitz. No caso específico do Rio de Janeiro, políticas agravadas por decisões irresponsáveis que desperdiçaram recursos do petróleo nos dias de bonança e distribuíram (e continuam a fazê-lo, apesar da crise) benesses fiscais sem justificativas adequadas em muitos casos. Agregue-se a isso uma dívida com a União questionada pelo grupo da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, e multiplicada pela manutenção de juros estratosféricos. Deste modo, longe de representar um evento natural e inexorável, a crise do setor público brasileiro é decorrência de decisões equivocadas, sendo o dever número um dos governantes corrigi-las, e não simplesmente declarar a impossibilidade do Estado cumprir com suas funções básicas, como aliás se tem afirmado, de modo igualmente equivocado, com relação ao SUS, por exemplo.

Em segundo lugar, ainda que se aceitasse a tese da falência do estado do Rio de Janeiro, haveria que se examinar com cuidado onde de fato há problemas. Segundo estudo dos economistas José Roberto Afonso e Vilma da Conceição Pinto, da FGV, o gasto com pessoal da ativa no executivo do estado do Rio de Janeiro é o menor de toda a Federação, por qualquer critério que se adote. Esse gasto inclui, obviamente, todo o corpo de professores e funcionários técnico-administrativos da Uerj, cabendo então perguntar onde está a inviabilidade de seu financiamento. O mesmo não se pode dizer, contudo, do gasto com pessoal da ativa no Judiciário e no Legislativo, que é maior no RJ do que em todas as demais unidades federativas (UFs). A aplicar-se o raciocínio da ‘falência’, seria então o caso de decretar-se a inviabilidade do modo de financiamento desses poderes?

Em terceiro lugar, a inspiração para as propostas de ‘novos modelos’, ainda que não declaradas, parecem ser provenientes dos Estados Unidos. Apesar da indiscutível qualidade das melhores universidades americanas (a Ivy League), certamente das melhores do mundo, isso não significa que seu modo de operação seja aplicável no Brasil, ou mesmo em qualquer outra parte do mundo. Poucos países fora dos Estados Unidos adotam seu modelo de financiamento das universidades públicas, e até mesmo caminham em direção oposta, como ilustra a recente decisão alemã de extinguir a cobrança de qualquer mensalidade em todas suas universidades, mesmo para alunos estrangeiros. Além disso, o sucesso das universidades top americanas não significa que o sistema todo seja igualmente bem-sucedido, ou mesmo que entre elas não haja problemas, ou que prescindam do financiamento público. Pesquisa recente do Pew Charitable Trust mostra que, em média, as universidades públicas americanas (que abrigam quase 70% dos alunos do ensino superior naquele país) recebem quase 40% do seu financiamento diretamente do setor público, sem contar os recursos captados junto a instituições públicas de pesquisa, como os National Institutes of Health ou a National Science Foundation. Endowments e doações privadas, como sugeridos por alguns comentaristas, não chegam a 10% do orçamento, em média, e isso numa cultura em que a filantropia é bem mais arraigada do que a nossa – quantos milionários brasileiros educados em universidades públicas fizeram alguma doação à sua Alma Mater? Finalmente, ainda usando a pesquisa do Pew Charitable Trust, cerca de 21% dos fundos dessas universidades, uma vez mais em média, são provenientes da cobrança ao alunado. Aqui se vê a face mais perversa desse modelo; cada vez menos americanos têm acesso à educação superior, por conta dessa barreira econômica. E os que recorrem ao crédito estudantil se veem presos a uma armadilha financeira que representa iniciar sua carreira com dívidas superiores a duzentos mil dólares, num momento em que bons empregos com remuneração adequada se tornam cada vez mais escassos. Se isso ocorre na maior potência econômica do mundo, o que veríamos no nosso país? Presos a uma desigualdade econômica abissal, que tem na educação uma das poucas possibilidades de ascensão econômica e social, adotar um modelo tão excludente seria condenar a maior parte das futuras gerações de brasileiros à continuada exclusão do acesso ao ensino superior. A universidade pública brasileira, e sem nenhuma modéstia, a Uerj à frente, tem também um importante papel de inclusão social que seria simplesmente eliminado pela sua rendição a uma lógica de mercado.

Por esses motivos, nos colocamos contra propostas ‘alternativas’ de financiamento da universidade que são simplesmente formas mais ou menos explícitas de privatização. Não precisamos de um novo modelo de universidade, e sim de um novo modelo de país, mais justo, democrático e solidário, que garanta saúde e educação em todos os níveis aos seus cidadãos, sem exceção.

Referências

1. Norquist G. Conservative advocate. NPR. 2001 May [cited 2017 Mar 22]. Available from: <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=1123439>
2. Serviço público federal brasileiro no século XXI: “inchaço” ou modernização e profissionalização. In: Seminário Agenda estratégica para o Brasil; 2015 set. 30-2 out.; Brasília: Ipea; 2015. [citado em 2017 mar. 23]. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/151005_sessao8
3. Ipea: Brasil tem menos funcionários públicos do que os Estados Unidos. 2009 mar. 30 [citado em 2017 mar. 23]. In: Agência Brasil: Empresa Brasil de Comunicação [Internet]. Brasília; 2017. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-03-30/ipea-brasil-tem-menos-funcionarios-publicos-do-que-os-estados-unidos>